



EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE

Flávia Regina Schimanski dos Santos. UEL.

Ângela Pereira Teixeira Victoria Palma. UEL.

Resumo

Em tempos de intolerância e desrespeito ao outro e suas diferenças, a educação se torna um importante instrumento para se repensar a formação humana, bem como as relações que se estabelecem no convívio social. Faz-se necessário compreender como se estabelecem as temáticas de gênero e diversidade no ambiente escolar, especificamente por meio dos conteúdos das aulas e, como as aulas de Educação Física são espaços importantes para as discussões que envolvem a formação humana. A partir dessas considerações, o problema central da pesquisa questiona como devem se estabelecer as relações de gênero e diversidade nas aulas de Educação Física na Educação Básica? Justifica-se o estudo pela complexidade que envolve as relações humanas na sociedade e a relevância da educação escolarizada no trato com as temáticas que atravessam tais relações, aqui destacamos a questão de gênero e diversidade. Nesse sentido, buscamos contextualizar a nossa concepção de Educação Física, de Educação e de Gênero e Diversidade, estabelecendo reflexões sobre a mobilização desses eixos para a ação docente, por meio de um estudo bibliográfico de cunho qualitativo, a partir das contribuições de Joan Scott (1995); Altmann et. al. (2011); Goellner (2010); Judith Butler entre outros. Em linhas gerais, constatou-se que, o ensino de práticas corporais culturalmente determinadas são fatores que têm desigualdade de gênero, segregação e limitam o acesso dos conhecimentos construídos historicamente que integram os currículos do componente curricular Educação Física. Daí a importância da ação do professor em mobilizar tais relações.

Palavras-chave: Diversidade. Educação. Educação Física. Gênero.

Introdução

Em tempos de intolerância e desrespeito ao outro e suas diferenças, a educação se torna um importante instrumento para se repensar a formação humana, bem como as relações que se estabelecem no convívio social. Para além da reflexão do papel da educação nos desafios atuais, faz-se necessário compreender como se estabelecem as temáticas de gênero e diversidade no ambiente escolar, especificamente por meio dos conteúdos das aulas e, como as aulas de Educação Física são espaços importantes para as discussões que envolvem a formação humana.



Partimos do princípio de que a Educação Física integrada à educação escolarizada como um componente curricular obrigatório, possui um espaço nos processos educativos, tendo sua representação para além de uma área de atividade. Logo, pode contribuir para a formação humana dos sujeitos, bem como a compreensão de sua motricidade por meio de seus conteúdos estruturantes. Todavia, a postura do docente em relação ao tratamento didático e interlocução das diversas manifestações culturais que compõe a Educação Física, é decisiva para que os objetivos dessa área de conhecimento tenham sentido para os estudantes.

Nesse movimento, também importam as reflexões sobre as concepções como a forma de ser e estar no mundo; a maneira de enxergar o outro; a forma como são estruturadas as relações humanas na contemporaneidade. A partir dessas considerações, o problema central da pesquisa questiona como devem se estabelecer as relações de gênero e diversidade nas aulas de Educação Física na Educação Básica? Por conseguinte, o objetivo geral busca analisar como devem se estabelecer as relações de gênero e diversidade na Educação Física na Educação Básica, de modo a contribuir com a formação humana dos sujeitos.

Justifica-se o estudo pela complexidade que envolve as relações humanas na sociedade e a relevância da educação escolarizada no trato com as temáticas que atravessam tais relações, aqui destacamos a questão de gênero e diversidade. Nesse sentido, buscamos contextualizar a nossa concepção de Educação Física, de Educação e de Gênero e Diversidade, estabelecendo reflexões sobre a mobilização desses eixos para a ação docente, por meio de um estudo bibliográfico de cunho qualitativo.

Metodologia

O percurso metodológico do estudo se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica em uma abordagem qualitativa. Gamboa (2003) elucida que a pesquisa qualitativa possibilita uma maior amplitude na investigação científica:

Assim quando se fala de pesquisa qualitativa se refere à coleta e tratamento de informações sem uso de análise estatística, a instrumentos como entrevistas abertas, relatos, depoimentos,



documentos que não fecha a interpretação num único sentido (paráfrase), mas, permite o jogo de sentidos (polissemia). (GAMBOA, 2003, p. 399)

Significa dizer que a polissemia permite uma análise posterior baseada nos sentidos mais fortes e permanentes dos conceitos e categorias abertas. Esse exercício requer a definição de um horizonte de interpretação e de análises que consideram [...] os contextos sociais e culturais onde as palavras, os gestos, os símbolos, as figuras, as diversas expressões e manifestações humanas têm um específico significado. (GAMBOA, 2003, p. 399).

Nesse sentido, buscamos contextualizar a nossa concepção de Educação Física, de Educação e de Gênero e Diversidade, estabelecendo reflexões sobre a mobilização desses eixos para a ação docente, por meio de um estudo bibliográfico de cunho qualitativo, a partir das contribuições de Joan Scott (1995); Altmann et. al. (2011); Goellner (2010); Judith Butler entre outros.

Educação Física na Educação Básica: enfrentamentos e possibilidades

A escola culturalmente pode ser um potencial palco para a manifestação das práticas discriminatórias, além de reafirmar as desigualdades sociais referentes a tudo que foge do padrão estabelecido socialmente.

Dentre as problemáticas referentes aos conflitos ocasionados pelo desrespeito às diferenças, estão as relações de gênero¹, principalmente na Educação Física que constitui um espaço de maior interação corporal e possui em seus conteúdos e práticas corporais, determinações sociais que por muito tempo, impediram o acesso aos conhecimentos e a experimentação por meninos e meninas. Isso gerou segregação de meninos e meninas, fator limitador na aprendizagem de manifestações culturais que foram culturalmente direcionados de acordo com o sexo biológico

O modelo contemporâneo de sociedade, escancara desigualdades e limitações de ações muitas vezes são justificadas baseadas em relações de poder e imposições de papéis sociais, principalmente no meio escolar. A escola

¹ De acordo com Joan Scott "gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder" (1995, p.86). Nesse sentido, entendemos que gênero é uma forma de articular o poder nas relações.



é um dos primeiros lugares em que as crianças começam a manifestar relações diversas com questões relacionadas a quem são, qual o seu papel e lugar na sociedade.

É pelo corpo que se evidenciam as diferenças. Nos detalhes de sua corporeidade, é que os estudantes são educados. Ou para o respeito, ou para a intolerância. Portanto, a Educação Física, por se tratar da disciplina que mais evidencia o movimento humano, oferece ao professor um ambiente propício para tornar as aulas um espaço de diálogo, de construção das concepções de corpo e de compreensão da corporeidade, pois os seres humanos constituem uma pluralidade de corpo e de identidade. Contudo, a herança cultural da Educação Física relativa à prática, saúde e esporte, ainda integra o olhar que a sociedade possui, inclusive em grande parte do ensino escolarizado.

Ao longo de toda a educação básica o cenário escolar tem presença constante nesse processo de formação e conscientização dos estudantes. O assunto é delicado e tem gerado tensões do campo educacional e principalmente da formação de professores. Portanto, há a necessidade de uma articulação entre o tema diversidade e educação mais consolidada, para que os professores possam ter condições formativas de identificar e analisar situações do cotidiano escolar, principalmente nas aulas, ações discriminatórias relacionadas a gênero, classe social, raça, etnia, enfim, tudo que demonstre intolerância.

Até mesmo os estudantes que, ao ingressarem nos cursos de graduação, possuem como referência de Educação Física os aspectos biológicos, afinal, as experiências sociais relacionadas a disciplina que eles tiveram moldaram e fizeram parte da construção dessa visão. Sobre esse fato, Figueiredo (2014), considera “[...]um entrave para que se possa compreender a Educação Física em uma dimensão educacional mais ampla e também suas interfaces com diferentes campos de saberes”. (FIGUEIREDO, 2014, p.7).

O ensino da Educação Física é constituído por saberes biológicos, sociológicos, culturais, fisiológicos e antropológicos, com propósito educacional. Nas últimas décadas muitos estudos estão sendo realizados com base nas Ciências Humanas e assim, fundamentando qualitativamente a área.

No entanto, na conjuntura social, o que se entende é tudo aquilo que fica visível, como as atividades físicas e práticas corporais, tanto para a sociedade como um todo como para a comunidade escolar, que concebe o



componente curricular Educação Física como área de atividade, muitas vezes pela própria postura do professor.

Por essa razão, é oportuno que o docente por meio de sua ação docente pode contribuir para a desnaturalização de comportamentos que desrespeitem e diferenças culturais relacionadas a gênero, permitindo que todos os estudantes experimentem e aprendam as manifestações culturais produzidas ao longo da história e ensinadas como conteúdos nas aulas de Educação Física, descobrindo novas possibilidades, despertando novos interesses, construindo novos saberes e ressignificando os que existiam. Apesar de todas as transformações na sociedade, ainda assistimos às divisões sexuais que são responsáveis pelas desigualdades.

Educação Física e as relações de gênero e diversidade

Ao longo da história da humanidade, as diferenças de sexo entre homens e mulheres deram origem a separações tanto em atividades cotidianas como em práticas corporais e esportivas. Na Educação Física e no esporte, essa separação interferiu e ainda interfere na participação nas aulas em que o conteúdo possui alguma prática corporal que foi culturalmente determinada para meninos, por exemplo o futebol e as lutas, e para meninas como a dança, como justificativa os motivos naturais dos sexos.

Sousa e Altmann (1999), consideram essas práticas corporais como produções culturais generificadas, expressas por expectativas corporais de meninos e meninas. Até a década de 80, os meninos e meninas eram separados nas aulas de Educação Física, o que em partes, explica os tempos atuais. Neves (2015), explica como eram desenvolvidas as aulas de Educação Física:

As atividades corporais para os meninos tinham o objetivo de desenvolver a força, a coragem, a competitividade e o espírito de liderança entre outras habilidades consideradas próprias a eles, e para isto, eles deveriam ter como conteúdo nas aulas, as corridas, os exercícios de força e as modalidades esportivas como o futebol e o basquetebol. Em sentido contrário a este, para as meninas, as atividades deveriam ser a dança, a ginástica rítmica, a expressão corporal, e os esportes menos violentos, objetivando desenvolver a docilidade, a sensibilidade e a flexibilidade inerente às meninas. (NEVES, 2015, p. 3)



Desde a infância, homens e mulheres são submetidos a um “adestramento” de seus corpos e comportamentos. As relações de gênero marcaram suas existências com significados historicamente construídos com forte influência da cultura.

Nessa construção, foram determinadas habilidades e atitudes de acordo com o sexo feminino ou masculino. “Se observarmos as aulas de Educação Física, constatamos que os meninos ocupam espaços mais amplos do que as meninas dentro das quadras” (PEREIRA, 2007, p.9). É comum que nas aulas de Educação Física os meninos sejam mais participativos, pois o modelo cultural sempre caminhou para que o masculino fosse sinônimo de força e de liberdade corporal, em contrapartida, o feminino sugere delicadeza e, nesse modelo, as ideias dentro do processo de ensino e aprendizagem reforçavam e ainda reforçam, as desigualdades entre homens e mulheres e estereótipos, sem possibilitar espaço para a desconstrução dessas concepções.

A origem dessa cultura separatista na Educação Física, tem suas razões legais, como o Decreto nº 69.4502 de 1 de novembro de 1971, que orientava para que as turmas fossem formadas com cinquenta alunos do mesmo sexo. O documento esteve em vigência até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que passou então a regulamentar a educação do país.

Com os questionamentos dessa organização da aula, nos anos de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, embora não atuem como normas da educação, possibilitaram um avanço naquele período, sinalizando para a necessidade do reconhecimento e respeito às diferenças, descaracterizando a atribuição dos conteúdos da Educação Física selecionados por gênero/sexo:

No que tange à questão do gênero, as aulas mistas de Educação Física podem dar oportunidade para que meninos e meninas convivam, observem-se, descubram-se e possam aprender a ser tolerantes, a não discriminar e a compreender as diferenças, de forma a não reproduzir estereotipadamente relações sociais autoritárias. (BRASIL, 1997, p.25).



No entanto, a LDB de 1996 não indicou critérios específicos e nem orientações sobre a organização das aulas, se poderiam ser mistas ou separadas. O grande marco para a Educação Física, foi o reconhecimento da área como componente curricular obrigatório, que consta no Art. 26, parágrafo 3:

§3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. (BRASIL, 1996).

A partir da obrigatoriedade da Educação Física em todas as etapas de escolarização, surgiram Diretrizes Curriculares Nacionais, para cada etapa da educação básica, que são complementadas nas instâncias federais, estaduais e municipais. Sendo assim, os sistemas de ensino também podem organizar as aulas de acordo com suas concepções. Por isso, ainda existem instituições educativas em que as aulas de Educação Física acontecem pela separação de meninos e meninas.

Embora orientações sobre essa questão não tenham sido explicitadas no documento, muitos autores da área da Educação e Educação Física, se empenharam em transformar essa concepção. As aulas mistas foram para a Educação Física uma transformação significativa, entretanto, alguns pesquisadores defendem a separação, justificando como um aspecto positivo que aumenta as possibilidades do trabalho pedagógico para o treinamento. (LOUZADA, 2005, ABREU, 1995).

Como o contexto da sociedade mudou, o tecnicismo foi aos poucos se desintegrando da disciplina de Educação Física, novas concepções, novos estudos teóricos e até mesmo questões estruturais dos sistemas de ensino, desencadearam na positiva generalização de aulas mistas. Em relação a legislação, a Resolução CNE/CP 01/2004, ainda que direcionada para as questões étnico-raciais, orientou para o ensino, reconhecimento e valorização à diversidade.

Para a educação brasileira, de modo geral, foi um avanço. Por outro lado, para as questões relacionadas a sexualidade, gênero e identidades não evoluiu legalmente. Porém cabe ao professor se posicionar e criar problematizações para que essa convivência seja de respeito ao outro



independente de sexo e identidade de gênero. Pois as aulas mistas não garantem uma convivência respeitosa.

A ação docente é que implica na construção ou não dessas relações. Como na Educação Física os corpos ficam evidentes, podem ocorrer conflitos, bullying, desrespeito. Se aproveitadas, essas situações cotidianas da sala de aula, o professor pode auxiliar na construção do pensamento dos estudantes para o respeito às diferenças e da quebra de estereótipos de gênero nas práticas corporais.

Todos têm o mesmo direito de aprendizagem, embora existam diferenças físicas entre os sexos, esse fator não pode limitar ou determinar quais práticas corporais cada estudante pode participar. Altmann et al (2011), explicam que as oportunidades de conhecimento ofertadas para meninos e meninas foram diferentes ao longo da história e, esta divisão se transformou em desigualdade, por isso a necessidade da diversificação de conteúdos para que todos os alunos vivenciem e experimentem as práticas corporais desconsiderando as normas de gênero.

Como afirmam Vianna e Finco (2009), as origens da diferenciação sexista estão presentes em um processo de socialização de gênero desde as primeiras relações da infância, porque as características físicas e os comportamentos destinados para meninos e meninas são reforçados em pequenos gestos e práticas do dia a dia.

No ensino de algumas habilidades motoras como o chutar já se pode perceber nos estudantes as limitações devido às diferenças de gênero, como em algumas danças e brincadeiras cantadas. Os comentários dos estudantes e a maneira como as relações sociais são construídas, são uma oportunidade de professor iniciar uma discussão e levá-los a refletir sobre suas ações e como se posicionam diante as diferenças.

Essa abordagem se torna mais significativa quando iniciada na Educação Infantil, seguindo o caráter coeducativo. A respeito da coeducação, Caron (2008) defende como uma possibilidade de que “a relação entre meninos e meninas seja mais evidenciada a fim de perspectivar a relação entre ambos os sexos dentro de um espaço que os/as valorize e que possibilite as vivências e experiências diferenciadas. (CARON, 2008, p. 8). As crianças ao iniciarem suas vidas escolares em um espaço coeducativo, possivelmente terão seu



desenvolvimento baseado em uma cultura de reconhecimento e respeito às diferenças.

A primeira etapa da educação básica que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, no aspecto físico, social, psicológico e intelectual. A formação humana é constante, por esta razão, desde os anos iniciais as crianças já constroem suas concepções sobre o mundo. Dessa forma, a educação escolar contribui no processo de desenvolvimento dos sujeitos, sendo a escola um lugar que pode ir além do ensino de conhecimentos científicos, para ampliar os horizontes dos estudantes, os ajudando a construir concepções igualitárias e de respeito ao outro.

Goelner (2010) defende a necessidade de profissionais que atuam com práticas corporais e esportivas possuir capacidades formativas para sustentar uma intervenção pedagógica que considere as questões sobre diversidade visando o reconhecimento das diferenças e sobretudo o respeito ao outro.

Reconhecer a diversidade significa aceitar a ideia de que ser diferente não significa ser desigual, pois, em nome desses marcadores identitários, muitos sujeitos têm sido excluídos de vários direitos sociais, inclusive o acesso e a permanência ao esporte e ao lazer. (GOELLNER, 2010, p.72).

Desse modo, é essencial que o professor esteja atento às relações estabelecidas entre os estudantes, por se tratar de uma disciplina em que a corporeidade fica exposta, as práticas corporais proporcionam a proximidade dos corpos, podendo assim gerar episódios de bullying, discriminação e exclusão devido às diferenças entre os estudantes.

Vinha e Tognetta (2009) apontam que muitos professores se sentem impotentes e inseguros quando se deparam com problemas de indisciplina, de violência e de conflitos, como os casos de agressões físicas e verbais, insultos, bullying, entre outros. Relatos sobre estudantes que se recusam a participar da aula de Educação Física são comuns, principalmente como uma forma de proteção para evitar a exposição aos demais.

Os conflitos são inevitáveis nas aulas, mas podem se tornar elementos para o docente abrir discussões com vistas ao reconhecimento das



diversidades e principalmente de construção de um pensamento de respeito ao outro.

Nas palavras de Gomes (2007, p.30) “o grande desafio está em desenvolver uma postura ética de não hierarquizar as diferenças e entender que nenhum grupo humano e social é melhor do que outro”. Esse desafio requer uma concepção de corpo que considere sua construção cultural, para que os sujeitos compreendam que os padrões de corpo, de beleza e de comportamento foram elaborados a partir das relações sociais de determinada sociedade.

Cada contexto social produz uma concepção de corpo determinadas de acordo com o tempo, com os aspectos políticos e econômicos. As pessoas que não se encaixam no corpo desejável e aceitável são excluídas e as diferenças geram desigualdade. Goellner (2010), enfatiza que se os corpos são diferentes, é necessário pensar que o gênero e as identidades também são. Isso justifica a discussão do tema diversidade na educação escolarizada, pois a escola como uma instituição formadora também molda comportamentos. Desse modo, precisa assumir o compromisso de educar para a valorização da pluralidade e do respeito à diversidade.

Conclusão

A literatura adotada para o estudo, demonstrou a necessidade urgente em se repensar o trato dos temas de gênero e diversidade nos espaços escolares. Aqui, de forma específica, as aulas de Educação Física, é possível que os atos discriminatórios sejam mais expostos devido a maior interação corporal entre os diferentes sujeitos.

Em linhas gerais, conclui-se que, o ensino de práticas corporais culturalmente determinadas são fatores que têm desigualdade de gênero, segregação e limitam o acesso dos conhecimentos construídos historicamente que integram os currículos do componente curricular Educação Física.

Assim, promover discussões a respeito da diversidade em todos os níveis e modalidades de ensino da educação básica, tornou-se fundamental para o contexto atual, pois desde a Educação Infantil os sujeitos constroem suas concepções aprendidas no contexto familiar e são consolidadas na escola, caracterizando muitas vezes concepções pautadas em desigualdades e

exclusão de todos que são diferentes daquilo que lhes foi estabelecido, e se, não houver uma interlocução consciente por parte dos professores, esses valores e normas vão se fortalecendo ao longo de todos os níveis de ensino.

Ademais, enfatiza-se a necessidade de que os docentes busquem capacidades formativas para sustentar uma intervenção pedagógica que considere as questões sobre diversidade visando o reconhecimento das diferenças e sobretudo o respeito ao outro. Tais ações poderão ir além do ensino de conteúdos e saberes, possibilitando uma educação com sentido e de contribuição para a formação humana.

Referências

ALTMANN, Helena; AYOUB, Eliana; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Gênero na prática docente em Educação Física: “meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar”? **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 491-501, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/p8cj4Xpntfdhx4ncS8ZLJwj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

FIGUEIREDO, Zenólia C. C. **Formação de Professores de Educação Física: elementos para pensar uma epistemologia das práticas formativas**. Vitória: EDUFES, 2014.

GAMBOA, Silvio Ancisar Sánchez. Pesquisa qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos. **Revista Contrapontos**, v. 3, n. 3, p. 393-405, 2003. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/735>. Acesso em: 08 mar 2023.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de Formação RBCE**, p. 71-83, mar. 2010. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/984>. Acesso em: 27 mar. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade e Currículo**. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. (Orgs.). *Indagações sobre o currículo*. Brasília: MEC/SEB, p.17-48, 2007.

LOUZADA, Mauro. **Aulas mistas e separadas por sexo em uma escola da rede estadual do Rio de Janeiro**. In: XIV Congresso Brasileiro de Ciências do



Esporte e I Congresso Internacional de Ciências do Esporte, Anais. Porto Alegre: CBCE, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/71721-Texto%20do%20artigo-297572-1-10-20170307.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

NEVES, Paulo Rogério C. **Cultura Corporal, Educação Física e Gênero**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo - Pró-Reitoria de Extensão, 2015 (Capítulo Material de Formação GDE).

PEREIRA, M. E. et al (Org.). **Gênero e diversidade na escola**: Formação de professores/as em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: CEPESC. 2007.

SOUSA, Eustáquia; ALTMANN, Helena. Meninos e meninas: Expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cadernos Cedes**, nº 48, Campinas: Cedes, 1999.

VIANNA, Cláudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, 265-283, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/GXVR8FrdMjrcWHvLWcv7xrF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2023.

VINHA, Telma Pileggi; TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 28, p. 525-540, 2009.

Endereço do autor(es):

flavia.schimanski@uel.br – Universidade Estadual de Londrina

angpalma@uel.br – Universidade Estadual de Londrina

Linha de estudo: Linha 2 - Diversidades, História e Representações da Educação Física na escola.